



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, nas dependências da Câmara Municipal da Serra, reuniu-se a Comissão de Finanças e Orçamento, em sua 1ª Formação, para análise e deliberação de dois Projetos de Lei encaminhados pelo Poder Executivo Municipal: o Projeto de Lei nº 950/2025 e o Projeto de Lei nº 922/2025.

A reunião foi presidida pelo vereador Paulo Sérgio Ferreira de Souza, presidente da Comissão, com a presença dos vereadores Renato Ribeiro, vice-presidente, e Rafael Salvador Gracindo da Silva, membro.

Aberta a reunião, o presidente passou à leitura e apreciação do parecer técnico sobre a matéria. Após a análise, foi destacada a importância da proposta para assegurar a plena efetividade da operação de crédito já contratada, permitindo a ampliação da destinação dos recursos também para obras de infraestrutura pública municipal, além dos investimentos em energia renovável.

Após exame das matérias, os membros da Comissão emitiram parecer favorável à regular tramitação legislativa de ambos os projetos, considerando estarem em conformidade com as normas legais e regimentais aplicáveis.

Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, determinando que fosse lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelos membros da Comissão.

Serra, 10 de novembro de 2025.

PAULO SERGIO FERREIRA DE SOUZA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - RELATOR

(Documento assinado eletronicamente)

RENATO RIBEIRO

VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

(Documento assinado eletronicamente)

RAFAEL SALVADOR GRACINDO DA SILVA

MEMBRO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

(Documento assinado eletronicamente)



Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100300034003200300030003A005000, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.

